

Comissão aprova redução de maioridade penal

Ainda longe de ser transformada em lei, a decisão provocou reações passionais de políticos

SÉRGIO PARDELLAS
BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem, por 12 votos a 10, a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos nos casos de crime hediondo e assemelhados, como tráfico de drogas, latrocínio, genocídio e tortura. Com uma ressalva: o menor de 18 anos só será tratado como um criminoso comum se uma junta médica comprovar que tinha plena

Para a OAB, a decisão é a mais cômoda para o Estado, mas não a solução para o problema da criminalidade

consciência do que estava fazendo ao cometer o crime.

Para entrar em vigor, o texto — um substitutivo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) a seis propostas de emenda à Constituição — precisa ser aprovado em dois turnos pelos plenários do Senado e da Câmara. A proposta prevê ainda o cumprimento da pena em estabelecimento próprio para menores até que o condenado complete 18 anos. A aprovação do projeto, que ganhou força no embalo da comoção popular

decorrente do assassinato do menino João Hélio, foi considerada uma vitória associações compostas por vítimas da violência. “É notório que o Estatuto da Criança e do Adolescente demonstrou toda a sua incoerência. Quantos cidadãos já não ouviram a frase ‘não vou preso porque sou menor?’”, disse, em nota, o Movimento de Resistência ao Crime.

De Nova York, o governador do Rio, Sérgio Cabral, também comemorou. “Fico satisfeito com essa decisão. É um passo importante para acabar com a impunidade daqueles que se utilizam da condição de menor para cometer crimes hediondos”, disse o governador fluminense a este jornal. Este é um dos poucos temas em que o governador do PMDB e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discordam. Nos últimos dias, os presidente tem se declarado contra a diminuição da maioridade penal.

Já o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) criticaram a decisão da CCJ. “Não é a redução da maioridade que diminuirá os índices de violência no Brasil”, declarou Tiana Sento-Sé, secretária nacional do fórum. “O País precisa é de mais investimentos na infância”.

Para o presidente da Confederação Nacional da OAB, Cesar Britto, a decisão é a mais cômoda para o Estado, mas não a solução para o problema da criminalidade. “Não seria melhor assumirmos nossa função de reeducá-los e prepará-

los para a sociedade?”, perguntou Cesar Britto.

Segundo o ministro Sepúlveda Pertence, decano do Superior Tribunal Federal (STF) e especialista em direito penal, é uma ilusão dizer que medidas desse tipo possam resolver o problema da criminalidade urbana no País. “Minha posição é de ceticismo porque o problema é muito mais profundo”, disse.

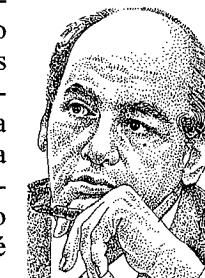
A sessão da comissão durou mais de três horas e foi marcada por discursos carregados de emoção. Os governistas encaminharam voto contra o substitutivo de Torres e tiveram como principais por-

ta-vozes os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Patrícia Saboya (PSB-CE). Ambos apresentaram votos em separado pela rejeição da proposta.

Apesar de não ter evitado a derrota, o voto de Patrícia tocou os colegas. “O Brasil precisa colocar a mão na consciência. Nós falhamos”, bradou a senadora, presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do

Adolescente. “Essa resposta é enganosa para a sociedade”.

Visivelmente comovido, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que chegou a pensar em se declarar a favor da redu-



Sepúlveda Pertence

ção da maioridade mas acabou votando contra por considerar que não pode punir seus adolescentes um País onde magistrados cometem crimes e não são presos. “Foi um dos debates mais bonitos já travados nesta Casa. Pela seriedade e pelo sentimento”.

Mais racional, Torres invocou o clamor das ruas e lembrou de 11 mil vítimas de homicídios praticados por adolescentes em 2005, segundo dados oficiais. “É melhor ter alguém não recuperado na cadeia ou nas ruas? Não há como deixar de punir delinquentes que tanto perigo representam para nossa”.

 Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br